

CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
NELSON ROSENVALD
FELIPE PEIXOTO BRAGA NETTO

CURSO DE
DIREITO CIVIL
RESPONSABILIDADE CIVIL

VOLUME 3
2ª EDIÇÃO REVISTA, AMPLIADA E ATUALIZADA

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015

© 2014 by Editora Atlas S.A.

A primeira edição deste livro foi publicada pela Editora JusPodivm;
2. ed. 2015



Capa: Leonardo Hermano
Imagem da capa: *A árvore da vida*, de Gustav Klimt
Composição: Formato Serviços de Editoração Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Farias, Cristiano Chaves de
Curso de direito civil: responsabilidade civil, volume 3 / Cristiano Chaves
de Farias; Nelson Rosendal; Felipe Peixoto Braga Netto. 2. ed. rev., ampl.
e atual. – São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9654-9
ISBN 978-85-224-9655-6 (PDF)

1. Direito civil 2. Direito civil – Brasil 3. Responsabilidade civil – Brasil
I. Rosendal, Nelson. II. Braga Netto, Felipe Peixoto. III. Título.

14-12371
CDU-347:51(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Responsabilidade civil : Direito civil 347.51(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Palavras Prévias – 2ª Edição, xxix

Prefácio, xxxv

Parte I

TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- I Conceito da Responsabilidade Civil, 3**
- II Princípios da Responsabilidade Civil, 9**
 - 1 Princípio da dignidade da pessoa humana, 11
 - 2 Princípio da solidariedade, 16
 - 3 Princípio da prevenção, 18
 - 4 Princípio da reparação integral, 22
- III Evolução Histórica da Responsabilidade Civil, 25**
- IV As Funções da Responsabilidade Civil, 35**
 - 1 A multifuncionalidade da responsabilidade civil, 37
 - 2 A função reparatória, 37
 - 3 A função punitiva, 41
 - 4 A função precaucional, 46
 - 5 A prevenção como cerne da responsabilidade civil contemporânea, 54
- V Modalidades de Responsabilidade Civil, 57**
 - 1 A clássica dicotomia: responsabilidade negocial e extranegocial (ou simplesmente “civil”), 59
 - 1.1 O dano como elemento comum às duas responsabilidades, 61
 - 1.2 As distinções entre a responsabilidade civil e a responsabilidade negocial, 62
 - 1.3 O concurso de responsabilidades, 65
 - 1.4 A responsabilidade pela confiança – a superação da clássica dicotomia responsabilidade negocial e extranegocial, 68
 - 1.4.1 Responsabilidade civil pela violação positiva do contrato, 71
 - 1.4.2 A violação de deveres anexos, 73
 - 1.4.3 A responsabilidade pré-negocial – os deveres anexos desvinculados da obrigação, 74
 - 1.4.4 A responsabilidade pós-negocial – os deveres anexos transcendem a obrigação, 80
 - 1.4.5 A responsabilidade civil transubjetiva e os deveres anexos, 84
 - 1.4.6 O terceiro ofendido e a relação obrigacional, 86
 - 1.4.7 O terceiro ofensor e a relação obrigacional, 90
 - 1.5 Conclusão, 94

2 Responsabilidade civil e penal, 95

- 2.1 Fundamentos da separação de responsabilidades, 95
- 2.2 A confluência entre os ilícitos penal e civil, 99
 - 2.2.1 A culpa no direito civil e no direito penal, 100
 - 2.2.2 O dano, 103
 - 2.2.3 A tipicidade, 104
- 2.3 A interseção entre a jurisdição civil e a criminal, 106
 - 2.3.1 Relativa independência de jurisdições, 106
 - 2.3.2 Repercussão civil da decisão penal condenatória, 107
 - 2.3.3 Repercussão civil da decisão penal absolutória, 111
 - 2.3.4 Processos (civil e criminal) simultâneos: decisões conflitantes?, 113
- 2.4 Excludentes de ilicitude, 117

VI Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Subjetiva, 119

- 1 Introdução, 121
 - 1.1 Acepções da responsabilidade civil, 121
 - 1.2 Pressupostos da responsabilidade civil, 122
- 2 O ilícito civil, 124
 - 2.1 A caracterização do ilícito como fato jurídico, 124
 - 2.2 A antijuridicidade como elemento objetivo do ilícito, 125
 - 2.3 A imputabilidade como elemento subjetivo do ilícito, 126
 - 2.4 Responsabilidade civil é sinônimo de ilícito civil?, 128
 - 2.5 O fato ilícito *stricto sensu* (cláusula geral de ilicitude culposa), 133
 - 2.6 Apenas do ato ilícito advém a responsabilidade civil?, 135
 - 2.7 Tutela preventiva e tutela repressiva do ilícito, 137
 - 2.8 Excludentes de ilicitude civil, 142
 - 2.8.1 Estado de necessidade (art. 188, II, c/c os arts. 929 e 930, CC), 144
 - 2.8.1.1 Estado de necessidade sem que a pessoa lesada seja culpada pelo perigo, 145
 - 2.8.1.2 Estado de necessidade quando a pessoa lesada é culpada pelo perigo, 146
 - 2.8.2 Legítima defesa (art. 188, I, c/c o parágrafo único do art. 930), 147
 - 2.8.2.1 Pressupostos da legítima defesa, 149
 - 2.8.2.2 Legítima defesa que causa danos em terceiro inocente, 151
 - 2.8.2.3 Legítima defesa de terceiro, 152
 - 2.8.2.4 Legítima defesa putativa, 153
 - 2.8.3 Exercício regular de um direito (art. 188, I), 154
 - 2.8.4 Estrito cumprimento do dever legal, 156
 - 2.8.5 Excludentes de ilicitude: disciplina heterogênea, 157

- 3 A culpa, 158
 - 3.1 A culpa e a responsabilidade civil, 158
 - 3.2 A evolução do significado de culpa civil, 160
 - 3.3 A culpa presumida, 164
 - 3.4 A gradação da culpa, 167
 - 3.5 O ilícito e a culpa, 171
 - 3.6 A mitigação da reparação por equidade, 172
 - 3.7 O renascimento da culpa, 176
- 4 O abuso do direito, 182
 - 4.1 O abuso do direito como ato ilícito, 182
 - 4.2 Exige-se o dano para a aferição do abuso do direito?, 189
 - 4.3 O abuso do direito como cláusula geral, 193
 - 4.4 O intuito de prejudicar é necessário?, 195
 - 4.5 As hipóteses legais de abuso de direito, 197
 - 4.5.1 Fim econômico ou social, 197
 - 4.5.2 Boa-fé, 198
 - 4.5.3 Bons costumes, 199
- 5 O dano, 201
 - 5.1 O dano como elemento nevrálgico da responsabilidade civil, 201
 - 5.2 O conceito de dano, 204
 - 5.3 O dano e a técnica da ponderação de interesses, 207
 - 5.4 A travessia do ato ilícito ao dano injusto, 212
 - 5.5 A medida dos danos, 214
 - 5.6 O dano patrimonial, 219
 - 5.6.1 O dano patrimonial e o pessoal, 221
 - 5.6.2 As três espécies do dano patrimonial: danos emergentes, lucros cessantes e perda de uma chance, 222
 - 5.6.2.1 Os danos emergentes (dano positivo), 223
 - 5.6.2.2 Os lucros cessantes (dano negativo), 226
 - 5.6.2.3 A perda de uma chance, 230
 - 5.6.2.3.1 Perda de uma chance de obtenção de futura vantagem, 231
 - 5.6.2.3.2 Perda de uma chance de se evitar um prejuízo, 235
 - 5.6.2.3.3 Perda de uma chance como espécie de dano emergente, 238
 - 5.6.3 Outras classificações aplicáveis ao dano patrimonial, 240
 - 5.6.3.1 Dano reflexo ou em ricochete, 240
 - 5.6.3.2 Danos certos ou incertos, 242
 - 5.6.3.3 Danos presentes e futuros, 243

- 5.6.4 Danos patrimoniais: verbas compensáveis e verbas não compensáveis, 246
 - 5.6.4.1 Verbas compensáveis, 246
 - 5.6.4.2 Verbas não compensáveis, 248
- 5.6.5 A legitimidade para exigir o dano patrimonial, 249
 - 5.6.5.1 A transmissibilidade aos herdeiros do direito de exigir reparação, 249
 - 5.6.5.2 Morte de homem ou mulher responsável pelo sustento do lar, 250
 - 5.6.5.3 Morte de filho menor: a família faz jus a danos patrimoniais?, 252
- 5.6.6 Lesão que cause incapacidade para o trabalho, 254
- 5.7 O dano moral (extrapatrimonial), 257
 - 5.7.1 Introdução, 257
 - 5.7.2 O histórico do dano moral: dos embates à aceitação, 258
 - 5.7.3 Em busca de um conceito – o que é o dano moral?, 260
 - 5.7.3.1 É legítimo o critério do dano moral como a dor e o sofrimento?, 261
 - 5.7.3.2 O dano moral é a lesão à dignidade da pessoa humana?, 263
 - 5.7.3.3 Afinal, o que é o dano moral?, 266
 - 5.7.4 Dano moral ou dano extrapatrimonial?, 269
 - 5.7.5 Os limites do dano extrapatrimonial. Onde se encontram os “novos danos”?, 271
 - 5.7.6 Dano moral – compensação ou indenização?, 274
 - 5.7.7 A função preventiva do dano moral: a tutela inibitória e o direito de resposta, 277
 - 5.7.8 A desmonetização da reparação pelo dano moral, 280
 - 5.7.9 O dano moral por inadimplemento obrigacional, 285
 - 5.7.10 A titularidade do direito à reparação, 288
 - 5.7.10.1 Noções gerais, 288
 - 5.7.10.2 A pessoa natural como legitimado ativo, 289
 - 5.7.10.3 Os lesados diretos, 289
 - 5.7.10.3.1 Os lesados diretos desprovidos de discernimento, 290
 - 5.7.10.3.2 O nascituro como lesado direto, 291
 - 5.7.10.4 Os lesados indiretos, 295
 - 5.7.10.5 O dano moral reflexo e o evento morte – quem são os legitimados?, 297
 - 5.7.10.5.1 O dano moral reflexo quando há sobrevivência, 304
 - 5.7.10.6 A pessoa jurídica como legitimado ativo, 306

- 5.7.10.6.1 A empresa e o dano moral, 306
- 5.7.10.6.2 O dano institucional como terceira via, 310
- 5.7.10.7 Os entes jurídicos despersonalizados, 313
- 5.7.11 O dano moral coletivo, 314
 - 5.7.11.1 Introdução, 314
 - 5.7.11.2 Nossa opinião: o dano moral coletivo é uma pena civil, 321
- 5.8 A valoração e a quantificação do dano moral, 326
- 5.9 A pena civil e o dano moral – um diálogo em construção, 334
 - 5.9.1 Linhas gerais, 334
 - 5.9.2 A sanção e a reparação, 338
 - 5.9.3 A urgência da pena civil, 342
 - 5.9.4 As extremas da pena civil, 344
 - 5.9.5 Critérios de aplicação da pena civil, 348
 - 5.9.6 Óbices à incidência da pena civil, 351
- 5.10 O dano estético, 359
 - 5.10.1 Noções gerais, 359
 - 5.10.2 Fundamento constitucional, 362
- 6 O nexo causal, 364
 - 6.1 Nexo causal como pressuposto da responsabilidade civil, 365
 - 6.2 A concausalidade, 368
 - 6.3 Teorias do nexo causal, 370
 - 6.3.1 Teoria da equivalência dos antecedentes causais, 371
 - 6.3.2 Teoria da causalidade adequada, 373
 - 6.3.3 Teoria da causalidade direta e imediata e a subteoria da necessariedade, 375
 - 6.4 As excludentes da responsabilidade civil, 380
 - 6.4.1 Força maior – o fortuito, interno e externo, 381
 - 6.4.2 O fato exclusivo da vítima, 386
 - 6.4.3 O fato concorrente e a redução de danos, 387
 - 6.4.4 O fato de terceiro, 391
 - 6.5 Causalidade alternativa (responsabilidade coletiva), 395
 - 6.6 Causalidade virtual, 399
- 7 O nexo de imputação, 403

VII Pressupostos da Responsabilidade Civil – Teoria Objetiva, 409

- 1 O contexto histórico, 411
 - 1.1 As bases da teoria subjetiva, 411
 - 1.2 O alvorecer da teoria objetiva, 413
 - 1.3 As primeiras linhas da teoria objetiva, 415

- 1.4 A estrutura da teoria do risco, 417
- 1.5 A doutrina objetiva pode também ser conhecida como teoria da culpa presumida?, 420
- 1.6 A responsabilidade objetiva é sinônimo de responsabilidade sem culpa?, 421
- 1.7 Culpabilidade e causalidade, 423
 - 1.7.1 Responsabilidade objetiva ou obrigação objetiva de indenizar?, 424
- 1.8 A evolução da teoria objetiva no Brasil, 426
 - 1.8.1 Fase anterior ao Código Civil de 2002, 426
 - 1.8.2 A teoria objetiva no Código Civil de 2002: uma radiografia do parágrafo único do artigo 927, 429
- 1.9 A coexistência entre as teorias subjetiva e objetiva, 436
- 1.10 Código Civil de 2002: risco proveito ou risco criado?, 437
- 1.11 Código Civil de 2002: o risco criado pela particular potencialidade lesiva da atividade, 441
- 1.12 A presunção de causalidade na teoria do risco, 446
- 1.13 O risco criado no Código de Defesa do Consumidor, 451
- 1.14 O risco criado e a mitigação da obrigação de indenizar, 453
- 1.15 A repartição de riscos: o risco concorrente, 456
- 1.16 O risco integral e o risco agravado, 460
- 1.17 O risco de empresa ou do empreendimento, 466
- 1.18 O risco e os profissionais liberais, 468
- 1.19 A multiplicação do nexo de imputação na obrigação objetiva de indenizar, 473
- 1.20 A responsabilidade objetiva pura e a impura, 476
- 1.21 A securitização da responsabilidade civil, 478
 - 1.21.1 Responsabilidade: do individual ao social, 478
 - 1.21.2 A dinâmica dos seguros de responsabilidade civil, 481
 - 1.21.2.1 O contrato de seguro, 481
 - 1.21.2.2 O seguro privado obrigatório, 485
 - 1.21.2.2.1 O DPVAT, 485
 - 1.21.2.2.2 O acidente de trabalho, 487

Parte II

RESPONSABILIDADE CIVIL EM ESPÉCIE

- I Responsabilidade Civil por Fato Próprio e por Fato de Outrem, 495**
 - 1 Responsabilidade civil por fato próprio, 497
 - 2 Responsabilidade civil por fato de outrem, 500
 - 2.1 Introdução: um tema teoricamente rico e difícil, 500
 - 2.2 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores, 504

- 2.2.1 Em que situações os pais respondem pelos atos dos filhos menores?, 506
- 2.2.2 Solidariedade ou subsidiariedade: a responsabilidade dos pais pelos filhos menores, 510
- 2.2.3 Os pais respondem civilmente pelo dano praticado por menor emancipado?, 512
- 2.3 Danos causados por filhos maiores, 514
- 2.4 Direito de regresso, 516
- 2.5 A responsabilidade civil dos incapazes, 517
- 3 Responsabilidade dos tutores e curadores, 520
- 4 Responsabilidade dos empregadores pelos atos dos empregados, 522
 - 4.1 O dano foi causado em razão da função desempenhada?, 526
 - 4.2 Outras questões relevantes, 527
 - 4.3 A terceirização rompe o nexo causal em relação ao empregador?, 529
- 5 Responsabilidade civil dos estabelecimentos educacionais, 530
 - 5.1 Os estabelecimentos educacionais privados como prestadores de serviço, 530
 - 5.2 Responsabilidade civil pelo *bullying*, 531
 - 5.3 A polêmica questão do direito de regresso, 533
- 6 Responsabilidade civil dos hoteleiros e estabelecimentos análogos, 535
 - 6.1 Contextualização normativa e situações possíveis, 535
 - 6.1.1 Danos causados a hóspedes, 536
 - 6.1.2 Danos causados a empregados do hotel, 536
 - 6.1.3 Danos causados a terceiros, 537
- 7 Responsabilidade civil decorrente dos produtos do crime, 537

II Responsabilidade Civil pelo Fato da Coisa, 539

- 1 Construindo nexos de imputação entre pessoas e coisas, 541
- 2 Danos decorrentes de animais (Código Civil, art. 936), 543
 - 2.1 Danos causados por animais nas rodovias, 546
- 3 Danos decorrentes de edifício ou construção (Código Civil, art. 937), 546
- 4 Danos decorrentes de coisas lançadas ou caídas de prédios (Código Civil, art. 938), 548
 - 4.1 A queda anônima, 549
 - 4.2 Outras hipóteses possíveis de incidência do art. 938, 549
- 5 Responsabilidade civil decorrente da guarda de veículos, 551
 - 5.1 A teoria da guarda da coisa e o empréstimo de veículos (danos causados pelo comodatário), 551
 - 5.2 Solução jurisprudencial brasileira: o critério da presunção de culpa, 553
 - 5.3 Outras situações possíveis, 555
 - 5.3.1 Carros cedidos onerosamente no exercício de atividade empresarial, 555

- 5.3.2 Danos provocados no uso de veículo roubado ou furtado, 556
- 5.3.3 O carro como instrumento do dano (teoria do corpo neutro), 557

III Responsabilidade Civil do Estado, 559

- 1 A teoria do risco administrativo, 561
 - 1.1 O forte componente jurisprudencial, 561
 - 1.2 Irrelevância da licitude do ato estatal, 563
 - 1.3 Atos de império e atos de gestão: distinção superada, 565
- 2 Quem são os agentes públicos?, 567
 - 2.1 Alargamento conceitual e questões conexas, 567
- 3 Danos causados por pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, 574
 - 3.1 As chaves hermenêuticas relevantes, 574
 - 3.2 Distinguindo atividade econômica de serviço público, 576
 - 3.3 Serviços públicos sociais, 577
- 4 Excludentes da responsabilidade civil estatal, 578
- 5 Excludentes da ilicitude da ação ou omissão estatal, 586
- 6 Responsabilidade estatal por ato de outrem: subsidiariedade ou solidariedade?, 589
- 7 Responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, 591
 - 7.1 As distorções funcionais do Legislativo e as manifestações populares, 592
 - 7.2 Atos normativos estatais como origem de danos indenizáveis, 594
 - 7.3 Responsabilidade civil e dever de legislar: casos de omissão legislativa, 596
 - 7.4 Imunidade parlamentar, 598
 - 7.4.1 Responsabilidade do Estado pelos atos praticados à luz da imunidade material, 599
- 8 Responsabilidade civil por atos judiciais, 600
 - 8.1 Prisões indevidas: dificuldades e critérios hermenêuticos, 602
 - 8.2 Pode haver responsabilidade civil do magistrado pelos danos?, 604
 - 8.3 A coisa julgada é óbice à indenização por erro judicial?, 605
- 9 Responsabilidade civil do Estado por omissão, 606
 - 9.1 Polêmica doutrinária e jurisprudencial: responsabilidade subjetiva ou objetiva?, 606
 - 9.2 O nexo causal na responsabilidade civil por omissão, 611
 - 9.2.1 O Estado tinha o dever de evitar o dano?, 613
 - 9.2.2 A responsabilidade civil estatal por danos ligados à violência urbana, 615

IV Responsabilidade Civil e Direito à Imagem, 617

- 1 Uma época de fotógrafos e cinegrafistas em todos os lugares: o culto à imagem como valor onipresente, 619

- 2 Contornos conceituais do direito à imagem: compreendendo sua inserção no mundo contemporâneo e traçando diretrizes hermenêuticas, 622
- 3 Contextualizando o uso da imagem alheia: outros critérios possíveis de interpretação, 628
- 4 Contextualização: as estreitas conexões temáticas entre imagem e imprensa, 634
 - 4.1 Jornalismo investigativo e crimes contra o patrimônio público, 635
 - 4.2 Qual a natureza da responsabilidade civil dos veículos de imprensa?, 637
 - 4.2.1 Responsabilidade subjetiva, 637
 - 4.2.2 Responsabilidade objetiva fundada na teoria do risco, 639
 - 4.3 Quem responde por escritos ofensivos publicados através da mídia?, 640
 - 4.4 Critérios de ponderação: a busca de soluções constitucionalmente consistentes, 641
 - 4.4.1 Veracidade da informação jornalística, 642
 - 4.4.2 Licitude do meio empregado na obtenção da informação, 645
 - 4.4.3 Personalidade pública ou estritamente privada da pessoa objeto da notícia, 646
 - 4.4.4 Local e natureza do fato, 649
 - 4.4.5 Existência de interesse público na divulgação, 651
 - 4.4.6 Preferência por medidas que não envolvam a proibição prévia da divulgação, 653
- 5 Dano moral e televisão: agressões à imagem na guerra por audiência, 654
 - 5.1 Programas de humor, 656
- 6 Biografias não autorizadas, 658
- 7 *Hate speech*, 660
- 8 Direito ao esquecimento: contextualização e dificuldades, 661

V Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo, 665

- 1 O impacto do CDC no direito privado brasileiro, 667
- 2 Diálogo com a Constituição: fundamentos do CDC, 669
- 3 A redução qualitativa da autonomia da vontade na órbita patrimonial, 673
- 4 Responsabilidade civil nas relações de consumo: feições específicas, 675
 - 4.1 Vício do produto ou serviço e fato do produto ou serviço, 676
 - 4.1.1 Vício do produto, 677
 - 4.1.2 Vício do serviço, 679
 - 4.1.3 Fato do produto, 679
 - 4.1.4 Fato do serviço, 681
 - 4.2 Perigo intrínseco, 681
 - 4.3 Prazo decadencial do vício e prazo prescricional do fato, 682
 - 4.4 Outras questões relevantes, 684
- 5 Prescrição e decadência: a disciplina no CDC, 686

- 5.1 Decadência: vício do produto ou serviço, 687
- 5.2 Prescrição: fato do produto ou serviço, 690
 - 5.2.1 A teoria da *actio nata* no STJ, 693
 - 5.2.2 O diálogo das fontes na contagem dos prazos prescricionais, 693
- 6 Excludentes de responsabilidade civil: quais são aceitas nas relações de consumo?, 694

VI Responsabilidade Civil Digital, 701

- 1 Os breves (e espantosos) passos da internet, 703
- 2 Rumo a uma sociedade sem papel? A progressiva desmaterialização dos bens na sociedade da informação, 706
 - 2.1 Os múltiplos e simultâneos focos de emissão da informação: mudanças no perfil social do ser humano, 707
- 3 O mundo digital como um mundo fundamentalmente colaborativo, 708
 - 3.1 Características colaborativas do universo digital: da Wikipedia ao *crowdfunding*, 710
- 4 Uma multiplicidade crescente de negócios jurídicos praticados via internet, 711
 - 4.1 Pensando o CDC para o comércio eletrônico, 713
 - 4.2 O olhar jurisprudencial brasileiro para a internet, 714
 - 4.3 O novo comércio eletrônico na atualização do CDC, 715
- 5 O mundo virtual e seus danos (bastante reais), 717
 - 5.1 O *cyberbullying*, 719
- 6 Responsabilidade civil dos provedores: especificidades, 721
 - 6.1 Dever de retirada imediata do conteúdo ofensivo e questões conexas, 721
 - 6.2 Dever de guarda dos dados identificadores dos usuários e questões probatórias conexas, 724
 - 6.3 Responsabilidade dos provedores de pesquisa virtual pelos resultados das buscas, 726
- 7 Marco Civil da Internet, 727

VII Responsabilidade Civil na Área Médica, 733

- 1 A saúde no Estado dos direitos fundamentais, 735
- 2 A medicina do século XXI: avanços e perspectivas, 738
- 3 Os danos causados no exercício da medicina: contextualização e peculiaridades, 740
- 4 A responsabilidade subjetiva dos médicos: especificidades e modos de caracterização, 745
- 5 A complexa questão probatória na responsabilidade civil médica, 750
 - 5.1 Perda da chance e atividade médica, 753
- 6 A relação médico e paciente como uma relação de consumo: consequências hermenêuticas da aplicação do CDC, 754
 - 6.1 Planos de saúde: experiência brasileira contemporânea, 757

- 7 Responsabilidade dos hospitais por atos dos médicos: regime especial, 760
- 8 Danos sofridos em hospitais públicos ou postos de saúde, 763
 - 8.1 Serviços públicos sociais × serviços de relevância social, 765
- 9 Obrigações de meio e de resultado: um tema recorrente na responsabilidade civil dos médicos, 766
 - 9.1 Obrigações de meio, 767
 - 9.2 Obrigações de resultado, 768
 - 9.2.1 Outras exceções construídas doutrinária e jurisprudencialmente, 769
 - 9.2.2 Procedimentos de natureza mista, 770
 - 9.3 A caminho da superação da dicotomia: novos critérios hermenêuticos?, 771
- 10 Importância do princípio da função social dos contratos na interpretação da matéria, 774
- 11 Uma consideração diferenciada em relação aos bens jurídicos não patrimoniais, 775

VIII Responsabilidade Civil dos Advogados, 781

- 1 Contornos conceituais da advocacia e imunidade profissional: alcance e conteúdo, 783
- 2 Danos relacionados ao exercício da capacidade postulatória, 786
 - 2.1 Dever de sigilo: o que compreende e até onde vai, 788
- 3 Compreendendo a natureza e os limites da responsabilidade civil dos advogados: é necessária a prova da culpa pela vítima?, 789
- 4 Perda da chance: uma categoria conceitual progressivamente adotada em relação aos advogados, 792
- 5 Seguro de responsabilidade civil, 794
- 6 Obrigações de meio e resultado: especificidades em relação aos advogados e indagação acerca da adequação teórica do dualismo, 795
- 7 A questão do Código de Defesa do Consumidor: posição do STJ, 797
- 8 Breves anotações sobre o Estado em juízo e os advogados públicos, 802
 - 8.1 Critérios para a fixação dos honorários advocatícios, 804
 - 8.1.1 Cabe fixação de honorários advocatícios nas execuções?, 804
 - 8.2 Sanções e multas aplicáveis ao Estado na relação processual: espécies e hipóteses de cumulação, 805
 - 8.2.1 Agentes públicos podem sofrer multa em nome próprio?, 806

IX Responsabilidade Civil das Empresas de Estacionamento e Demais Encarregados da Guarda ou Vigilância de Veículos, 807

- 1 Um amor (brasileiro?) por carros, 809
- 2 Uma realidade contemporânea: a necessidade da guarda de veículos em locais presumivelmente seguros, 809
- 3 Empresas de estacionamento: compreendendo as excludentes, 811
- 4 Irrelevância da gratuidade ou da realização de negócios jurídicos conexos, 814

- 5 Outras situações possíveis: manobristas de restaurantes, hotéis, oficinas mecânicas, postos de combustíveis etc., 817
- 6 Estacionamentos de responsabilidade de pessoas jurídicas de direito público, 819
 - 6.1 A questão da chamada “faixa azul”, 820
- 7 Estacionamentos gratuitos ofertados por entes, personalizados ou não, sem fins lucrativos, 822

X Responsabilidade Civil dos Estabelecimentos Bancários e Securitários, 825

- 1 Contextualização e linhas gerais: migração do mundo físico-convencional para o universo digital, 827
- 2 Bancos como fornecedores de serviços à luz do CDC, 827
- 3 Os poderes privados na sociedade contemporânea: construindo um paradigma contratual que se distancia dos moldes clássicos, 830
- 4 Danos possíveis e comuns nas relações entre bancos e clientes, 833
 - 4.1 Cartões de crédito e débito, 834
 - 4.2 Roubos ou furtos em cofres alugados, 836
 - 4.3 Fraudes ocorridas na internet, 837
 - 4.4 Outras situações de danos indenizáveis, 838
- 5 Uma análise rigorosa e restrita acerca das excludentes de responsabilidade civil: os riscos da atividade, 841
 - 5.1 Assaltos relacionados à atividade bancária: em que casos o banco responde civilmente?, 843
 - 5.2 Não cabe responsabilizar o Estado pelos danos?, 843
- 6 Contratos bancários e impossibilidade de conhecimento de ofício pelo magistrado: exceção ao sistema de nulidades do CDC, 845
- 7 Diálogo das fontes em favor do consumidor: prazos prescricionais, 846
- 8 Inscrição indevida em cadastros negativos, 847
- 9 Responsabilidade civil das seguradoras: questões relevantes, 849

XI Responsabilidade Civil do Transportador, 855

- 1 Contextualização, 857
- 2 Transporte de pessoas, 858
 - 2.1 Danos conexos e danos não conexos ao transporte: distinções relevantes, 859
 - 2.2 Transporte gratuito ou de mera cortesia: hipótese em que a culpa leve não basta?, 860
 - 2.3 Excludentes de responsabilidade: peculiaridades jurisprudenciais relevantes, 861
- 3 Transporte aéreo, 864
- 4 Transporte de cargas, 869

XII Responsabilidade Civil dos Construtores, 871

- 1 Construção civil: crescimento e contextualização social, 873

- 2 Um sistema híbrido de regras: o diálogo das fontes (CDC, Código Civil e Lei nº 4.591/64), 874
- 3 Incorporação imobiliária (Lei nº 4.591/64), 875
- 4 Empreitada (Código Civil, arts. 610 a 626), 877
- 5 Responsabilidade pela solidez e segurança da obra, 880
- 6 A chamada lei anticorrupção: o sentido e alcance da responsabilidade civil objetiva na Lei nº 12.846, 882

XIII Responsabilidade Civil Automobilística, 887

- 1 Os tristes números brasileiros no trânsito: cerca de 50 mil mortes por ano, 889
- 2 Dialogando entre formas e fontes de responsabilidades distintas: objetiva e subjetiva, pública e privada, 893
- 3 Responsabilidade estatal objetiva por ações ou omissões na matéria, 895
- 4 Há casos de responsabilidade civil objetiva na responsabilidade civil automobilística?, 896
 - 4.1 A teoria do risco pode, em alguma hipótese, ser aplicável à responsabilidade civil automobilística?, 897
- 5 Questões específicas da responsabilidade civil automobilística, 898
 - 5.1 O proprietário do veículo responde solidariamente com o condutor?, 898
 - 5.2 Danos causados na condução de carros roubados ou furtados, 901
 - 5.3 Quem pode ser considerado o proprietário do veículo? A questão do registro nos órgãos de trânsito, 903
 - 5.4 Locadoras de veículos: a responsabilidade civil pelo uso do carro locado, 904
 - 5.5 A teoria do corpo neutro: quando o veículo é mero agente físico do prejuízo, 905
- 6 A questão da culpa e do nexa causal: analisando situações específicas, 906
- 7 Danos materiais e pensões periódicas: natureza e duração, 913
- 8 Danos a coisas e danos a pessoas: um norte hermenêutico, 916

Referências, 919

SUMÁRIO

PALAVRAS PRÉVIAS – 2ª EDIÇÃO	23
---	----

Parte I DOS CONTRATOS EM GERAL

Capítulo I

INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DOS CONTRATOS	31
1. O Direito Civil Constitucional	31
1.1. O Direito Civil na Feição Liberal	31
1.2. A Humanização do Direito Civil	33
1.3. A Eficácia dos Direitos Fundamentais nas Relações Privadas.....	37
1.4. Perspectivas para o Direito Civil	39
2. O Contrato e a Constituição Federal	42
2.1. A Materialização dos Contratos.....	42
2.2. A liberdade Contratual hoje: duas vertentes.....	44
2.2.1. A liberdade Contratual como binômio autodeterminação/ Justiça Contratual	45
2.2.2. A liberdade Contratual como Elemento da Ordem de Concorrência.....	46
2.2.3. A Pluralidade de Dimensões funcionais do Contrato	48
3. Contrato: Evolução, Conceito, Local e Tempo	51
3.1. A Evolução e o Conceito do Contrato	51
3.2. Localização do Contrato no Direito Civil.....	60
3.3. O Tempo do Contrato.....	66
3.3.1. A Escada Ponteaana	66
3.3.2. O Direito Intertemporal dos Contratos	68

Capítulo II

A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	73
1. A Formação dos Contratos Paritários.....	73
1.1. Noções Iniciais	73
1.2. Estrutura da Formação do Contrato no Código Civil	75
1.2.1. Negociações Preliminares	76
1.2.2. Proposta e Aceitação.....	80
1.2.3. A Aceitação Tácita e pelo Silêncio.....	90
1.3. Tempo e Local de Conclusão do Contrato Paritário	94
2. A Formação dos Contratos Massificados	97
2.1. Oferta nos Contratos Cíveis de Adesão	97

2.2 Formação do Contrato no Código de Defesa do Consumidor	99
2.3. Formação do Contrato Eletrônico	107
3. Contrato Preliminar.....	114
3.1. Noções Gerais	114
3.2 Regime Jurídico.....	118
3.3. A Promessa de Doação	127
3.4. A Eficácia Real do Contrato Preliminar.....	130
3.5. O Contrato Preliminar Impróprio	133

Capítulo III

A PRINCIPIOLOGIA CONTRATUAL.....	139
1. Noções Iniciais	139
2. O Princípio da Autonomia Privada	141
2.1. Da Autonomia da Vontade à Autonomia Privada	141
2.2. A Autonomia Contratual e a Autonomia Existencial	147
2.3. A Nova Força Obrigatória dos Contratos.....	153
2.3.1 O Papel da Lei.....	156
2.3.2. O Papel do Juiz	157
3. O Princípio da Boa-Fé Objetiva	161
3.1. A Boa-Fé – Histórico	161
3.2. Noções Preliminares.....	164
3.3. A Boa-Fé Como Modelo no Código Civil.....	169
3.4. Os Deveres de Conduta.....	171
3.4.1. A Função Integrativa da Boa-fé.....	172
3.4.2. A Cláusula Geral do Art. 422 do Código Civil.....	174
3.4.3. As Funções dos Deveres de Conduta	175
3.4.4. Violação Positiva do Contrato	181
3.5. A Boa-Fé e o Abuso do Direito.....	183
3.5.1. Limites Internos ao Exercício de Direitos Subjetivos.....	186
3.5.2. Categorias de Exercícios Abusivos do Direito	188
3.6. A Boa-Fé e o Princípio da Solidariedade.....	199
3.7. A Boa-Fé e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.....	203
4. A Função Social do Contrato	204
4.1. A funcionalização do negócio jurídico	204
4.2. A Função Social do Contrato como Causa do Negócio Jurídico	206
4.3. A Função Social Interna do Contrato	207
4.3.1. A Função Social Interna do Contrato e a Dignidade da Pessoa Humana.....	210
4.4. A Função Social Externa do Contrato	212
4.4.1. O Contrato Ofensivo a Interesses Metaindividuais	214
4.4.2. O Terceiro Ofendido	215
4.4.3. O Terceiro Ofensor.....	220
4.5. Estado da Arte	226
5. Justiça Contratual.....	227

SUMÁRIO

5.1. Noções Gerais	227
5.2. O Equilíbrio Contratual	232
5.2.1. A Lesão	234
5.2.2. Da Alteração das Circunstâncias	238
5.2.3. A Cláusula de Hardship	245
Capítulo IV	
CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	251
1. Classificação Estrutural dos Contratos.....	251
1.1. As Dicotomias Clássicas	251
1.2. Classificações Tradicionais	253
1.2.1. Contratos Bilaterais (Sinalagmáticos) e Unilaterais	253
1.2.2. Contratos Onerosos e Gratuitos	257
1.2.3. Contratos Comutativos e Aleatórios	260
1.2.4. Contratos Consensuais e Reais	268
1.2.5. Contratos Solenes e Não-Solenes	270
1.2.6. Contratos Instantâneos e Contratos de Duração	273
1.2.7. Contratos Principais e Acessórios	275
1.2.8. Contratos Intuitu Personae e Impessoais	278
2. Classificação Funcional dos Contratos.....	280
2.1. Classificações do Contrato Contemporâneo.....	280
2.2. O Contrato de Consumo	282
2.2.1. Os Três Sujeitos Contratuais	282
2.2.2. Contratos Cíveis e Contratos de Consumo – Diálogo de Fontes .	285
2.2.3. Contratos Empresariais	294
2.3. O Contrato de Adesão.....	298
2.4. As Cláusulas Contratuais Gerais	310
2.4.1. Noções Gerais	310
2.4.2. Controle do Conteúdo das Cláusulas Contratuais Gerais	313
2.5. O Contrato-Tipo	320
2.6. Contratos Coletivos e Acordos Normativos.....	321
2.7. Contratos Coativos e Necessários	323
2.7.1. A Liberdade de Contratar	323
2.7.2. A Obrigação de Contratar	325
2.8. O Contrato Relacional	329
2.9. O Contrato Eletrônico	332
2.9.1. Noções Gerais.....	332
2.9.2. Despersonalização do Contrato	334
2.9.3. Desmaterialização do Contrato	335
2.9.4. Desterritorialização do Contrato	336
2.9.5. Desconfiança do Consumidor.....	337
2.10. Contratos Cativos de Longa Duração	337
2.11. Contratos Sob o Paradigma da Essencialidade.....	340
2.11.1. Noções Gerais	340

2.11.2. Evolução do Conceito de Bem Jurídico	342
2.11.3. Evolução da Função do Patrimônio	344
2.11.4. O Patrimônio Mínimo Existencial.....	346
2.11.5. O Paradigma da Essencialidade.....	347
2.11.6. O Bem de Família	348
2.11.7. O Bem Mínimo Existencial.....	349
2.11.8. A Ponderação Entre a Tutela do Bem Existencial e o Direito ao Crédito	351
2.11.9. Os Limites à Aplicação dos Direitos Fundamentais nas Lides Envolvendo a Impenhorabilidade do Bem Imóvel Existencial	354
2.11.10. A Lei n. 11.382/06 – Do Bem de Família aos Bens Mínimos Existenciais	357
2.12. Contratos de Direitos da Personalidade	360
2.12.1. Noções Gerais.....	360
2.12.2. Contrato de Cessão de Uso de Imagem.....	365
2.12.3. Contrato de Direitos Autorais	368
2.12.4. Contrato de Casamento	372
2.12.5. Os Esponsais	376
2.12.6. Contrato de União Estável.....	378
2.12.7. O Contrato de Namoro e seus Efeitos sobre a União Estável ...	382
3. Qualificação dos Contratos	383
3.1. Qualificação e Classificação dos Contratos.....	383
3.2. Contratos Típicos e Atípicos.....	384
3.3. Contratos Mistos e Coligados	389
3.4. As Redes Contratuais.....	393

Capítulo V

DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO.....	401
1. Introdução	401
2. Os Elementos Estruturais do Negócio Jurídico.....	406
3. A Posição Adotada pelo Código Civil de 2002	408
3.1. A função interpretativa do Art. 113 do Código Civil.....	411
3.2. O elemento consuetudinário na interpretação dos Contratos	416
3.3. Interpretação dos Negócios Gratuitos.....	420
3.4. Interpretação da Declaração Tácita de Vontade.....	422
4. Interpretação dos Contratos de Massa	424

Capítulo VI

CESSÃO DO CONTRATO.....	433
1. Noções Gerais	433
2. Requisitos.....	437
3. Efeitos.....	440
4. Distinções com Outros Modelos Jurídicos.....	441

SUMÁRIO

5. O Subcontrato.....	442
5.1. Noções gerais	442
5.2. Distinção entre o Subcontrato e a Cessão Contratual.....	445
Capítulo VII	
RELATIVIDADE DOS CONTRATOS.....	447
1 Estipulação em Favor de Terceiro	447
1.1. Noções gerais	447
1.2. Regime Jurídico	450
1.3. O Pacto Sucessório e a Estipulação em Favor de Terceiro.....	454
2. Promessa de Fato de Terceiro.....	456
3. Contrato com Pessoa a Declarar	459
3.1. Noções gerais	459
3.2. Regime Jurídico	462
Capítulo VIII	
EFEITOS DOS CONTRATOS.....	469
1. Vícios Redibitórios	469
1.1. Noções Conceituais	469
1.2. Fundamentação Jurídica dos Vícios Redibitórios	471
1.3. Requisitos para a Caracterização dos Vícios Redibitórios.....	474
1.4. As Ações Edilícias	478
1.5. Os Vícios Redibitórios no CDC	484
1.6. A Desmaterialização dos Vícios Redibitórios.....	491
2. Evicção.....	492
2.1. Noções Conceituais.....	492
2.2. Fundamentação Jurídica da Garantia	495
2.3. Elementos da Evicção	497
2.3.1. Privação do Direito do Adquirente	497
2.3.2. Preexistência do Direito do Terceiro.....	499
2.3.3. Privação Judicial ou Extrajudicial.....	503
2.4. Extensão da Garantia.....	504
2.5. A Denúnciação da Lide.....	511
Capítulo IX	
EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	519
1. Noções Gerais	519
2. Extinção pelo Regular Cumprimento.....	520
2.1. Extinção Normal do Contrato na Perspectiva da Obrigação Simples	521
2.2. Extinção Normal do Contrato na Perspectiva da Obrigação Complexa	522
3. Extinção pela Inexistência e pela Invalidade	523
4. Extinção Pela Ineficácia	525
4.1. A Cláusula Resolutiva	527
4.2. A Cláusula de Arrependimento	529

4.3. Resilição	532
4.3.1. Distrato ou Resilição Bilateral	532
4.3.2. Resilição Unilateral.....	534
4.4. Rescisão	540
4.5. Resolução	542
4.5.1. Natureza da Resolução	543
4.5.2. A Impossibilidade Superveniente da Prestação	545
4.5.3. A Extinção dos Interesses Objetivos do Credor	547
4.5.5. O Adimplemento substancial	555
4.5.6. O Inadimplemento Antecipado	556
4.5.7. O Cumprimento dos Deveres Anexos pelo Credor.....	558
4.6. A Resolução por Alteração Superveniente das Circunstâncias	559
4.7. A Resolução pela Frustração do Fim do Contrato.....	569
4.8. Extinção por Morte de um dos Contratantes	571
5. A Exceção de Contrato não Cumprido	572
5.1 Noções Gerais	572
5.2. O Risco de Descumprimento	579
5.3. A exceptio nos Contratos Administrativos	581

Parte II

CONTRATOS EM ESPÉCIE

Capítulo I

CONTRATO DE COMPRA E VENDA	587
1. Noções Gerais e Quadro Evolutivo da Compra e Venda	587
2. Noções Conceituais e Natureza Obrigacional	590
3. Classificação do Contrato de Compra e Venda	593
4. Elementos Essenciais da Compra e Venda	598
4.1. Generalidades.....	598
4.2. Consentimento	598
4.3. Preço	618
4.4. Coisa (objeto da compra e venda)	625
5. Efeitos Jurídicos Decorrentes da Compra e Venda	627
5.1. Prolegômenos	627
5.2. Responsabilidade do vendedor pelos vícios redibitórios e pela evicção	629
5.3. Responsabilidade pela perda ou deterioração (pericimento) da coisa adquirida	629
5.4. Responsabilidade pelas despesas	633
6. Situações Especiais de Compra e Venda	634
6.1. Noções gerais	634
6.2. Venda por amostras	635
6.3. Venda ad corpus e venda ad mensuram	637
7. Cláusulas Especiais (Adjetas) na Compra e Venda	643
7.1. Generalidades	643

SUMÁRIO

7.2. Retrovenda	644
7.3. Venda a contento e venda sujeita à prova	649
7.4. Preempção ou preferência convencional	652
7.5. Reserva de domínio.....	658
7.6. Venda sobre documentos.....	662
8. Venda de Bens Públicos	664

Capítulo II

CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA	667
1. Prolegômenos Sobre a Troca ou Permuta	667
2. Noções Conceituais e Elementos Caracterizadores	669
3. Classificação do Contrato de Troca ou Permuta.....	671
4. A Permuta de Valores Desiguais (Permuta com Saldo).....	672
5. Aplicação das Regras da Compra e Venda.....	674
6. Permuta de Bens Públicos	676

Capítulo III

CONTRATO ESTIMATÓRIO OU CONSIGNATÓRIO.....	679
1. Noções Conceituais Sobre a Venda por Consignação	679
2. Elementos Caracterizadores.....	682
3. Classificação	686
4. Natureza Jurídica da Obrigação do Consignatário: Obrigação Facultativa ou Alternativa?	687
5. Inversão da Teoria dos Riscos	689
6. O Desfazimento do Contrato Estimatório e a Proteção do Terceiro Adquirente de Boa-Fé	691
7. Causas Extintivas do contrato e os efeitos da eventual Falência do Consignatário.....	692

Capítulo IV

CONTRATO DE DOAÇÃO.....	695
1. Generalidades Sobre a Doação.....	695
2. Noções Conceituais e Características Fundamentais	697
3. Classificação do Contrato de Doação	701
4. A Promessa de Doação	705
5. Elementos Componentes do Contrato de Doação	707
5.1. Prolegômenos	707
5.2. O sujeito	707
5.3. O objeto	710
5.4. Mútuo consentimento	714
5.5. Forma	716
6. Vedações Legais à Doação.....	716
6.1. Noções gerais	716
6.2. Proibição de doação universal	717

6.3. Proibição de doação inoficiosa.....	719
6.4. Proibição de doação ao cônjuge adúltero (vedação de doação à concubina).....	723
6.5. Proibição de doação pelo devedor insolvente	726
7. Situações Especiais de Doação	726
7.1. Generalidades.....	726
7.2. Doação pura e simples e doação com condição (condicional), a termo ou com encargo (modal)	727
7.3. Doação remuneratória.....	729
7.4. Doação mista.....	730
7.5. Doação contemplativa ou meritória	730
7.6. Doação conjuntiva ou em comum a mais de uma pessoa.....	731
7.7. Doação de ascendente para descendente	732
7.8. Doação para entidade futura	734
7.9. Doação em contemplação de casamento futuro com pessoa certa e determinada (doação propter nuptias).....	735
8. Doação de Bens Públicos	735
9. Revogação da Doação	737
9.1. A extinção da doação	737
9.2. A Revogação da Doação	738
9.3. Irrenunciabilidade antecipada do direito de revogar a doação.....	739
9.4. Revogação da doação por descumprimento do encargo.....	740
9.5. Revogação da doação por ingratidão do donatário	742

Capítulo V

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO: COMODATO E MÚTUO.....	749
1. Noções Conceituais Sobre o Empréstimo como uma Figura Contratual	749
2. O Comodato	751
2.1. Noções conceituais	751
2.2. Elementos caracterizadores do comodato	753
2.3. Prazo do empréstimo	756
2.4. Classificação do comodato.....	758
2.5. Promessa de comodato (pactum de commodando).....	760
2.6. Obrigações do comodatário	761
2.7. Obrigações do comodante	763
2.8. Comodato de bem público	765
2.9. Teoria dos riscos no contrato de comodato	766
2.10. Extinção do comodato.....	766
3. O Mútuo	767
3.1. Noções conceituais.....	767
3.2. Elementos caracterizadores do mútuo	768
3.3. Capacidade das partes envolvidas.....	770
3.4. Classificação do mútuo	773
3.5. Prazo do contrato de mútuo	774

SUMÁRIO

3.6. Mútuo em dinheiro (mútuo feneratício)	775
3.7. Extinção	779
Capítulo VI	
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	781
1. Breve Introdução À Prestação de Serviços Humanos	781
2. Noções Conceituais da Prestação de Serviços e suas Características: os Confinos Divisórios com os Contratos de Trabalho, de Empreitada e de Consumo	784
3. Classificação do Contrato de Prestação de Serviços	791
4. Objeto da Prestação de Serviços	794
5. Remuneração do Prestador de Serviços	797
5.1. Generalidades	797
5.2. Arbitramento da remuneração pelo juiz	797
5.3. Remuneração acima do décuplo do salário mínimo e a necessidade de prova escrita	798
5.4. Periodicidade da remuneração	800
5.5. Compensação ao prestador de serviço não habilitado profissionalmente	800
6. Prazo de Duração da Prestação de Serviços	803
7. Aliciamento do Prestador de Serviços	805
8. Obrigações Recíprocas na Prestação de Serviços	809
9. Competência da Justiça do Trabalho Para Dirimir Conflitos Decorrentes da Prestação de Serviços	810
10. Extinção do Contrato de Prestação de Serviços e o Direito à Certificação ...	812
Capítulo VII	
CONTRATO DE EMPREITADA	817
1. Prolegômenos Sobre a Empreitada	818
2. Noções Conceituais Sobre a Empreitada e Distinções Relevantes	820
2.1. Tentativa Conceitual	820
2.2. O objeto da empreitada	822
2.3. Possibilidade de caracterização da empreitada como relação consumerista	823
3. Classificação do Contrato de Empreitada, a Possibilidade De Subempreitada e os Efeitos da Morte do Empreiteiro	823
4. Espécies de Empreitada	829
4.1. Generalidades	829
4.2. Empreitada de labor ou de mão de obra	830
4.3. Empreitada de materiais ou mista	832
4.4. Empreitada por administração	833
4.5. Engineering	834
5. O Preço da Empreitada	835
5.1. Noções gerais sobre o preço	835

5.2. Espécies de empreitada em relação ao preço	835
5.3. Empreitada por preço determinado.....	836
5.4. Empreitada por unidade de medida	838
6. O Recebimento da Obra	839
7. Prazo de Garantia e Responsabilidade do Empreiteiro	842
7.1. Responsabilidade do empreiteiro pela segurança e pela solidez da obra entregue ao proprietário.....	842
7.2. Responsabilidade do empreiteiro quando a relação é consumerista	846
7.3. Responsabilidade do empreiteiro perante terceiros pelo fato da coisa (responsabilidade pela ruína do prédio construído).....	847
8. Competência Judicial para Processar e Julgar Eventuais Conflitos Decorrentes da Empreitada	849
9. Proteção do Direito Autoral ao Projeto de Construção	851
10. Suspensão do Contrato de Empreitada	855
11. Extinção do Contrato de Empreitada	859

Capítulo VIII

CONTRATO DE DEPÓSITO	861
1. Generalidades Sobre o Depósito	861
2. Noções Conceituais e Características Fundamentais	863
3. Classificação do Contrato de Depósito.....	867
4. Objeto do Depósito	870
5. Espécies de Depósito	875
6. Aplicação da Teoria dos Riscos.....	881
7. Obrigações das Partes	882
7.1. Obrigações do depositante	882
7.2. Obrigações do depositário e a ação de depósito	883
8. A Situação Atual da Prisão Civil do Depositário Infiel (O Controle de Convencionalidade do Art. 652 do Código Civil).....	885

Capítulo IX

CONTRATO DE MANDATO	891
1. Prolegômenos Sobre o Mandato	891
2. Noções Conceituais e Características Fundamentais	893
3. Distinções Fundamentais: O Mandato, A Representação e a Procuração.....	895
4. Classificação do Contrato de Mandato.....	899
5. Objeto do Contrato de Mandato	904
6. Sujeitos do Contrato de Mandato	905
6.1. Generalidades.....	905
6.2. Mandato conjunto ou simultâneo.....	906
6.3. Responsabilidade solidária no mandato.....	907
7. O Substabelecimento	908
8. Atuação das Partes (Mandante e Mandatário)	910
8.1. Obrigações do mandante	910

SUMÁRIO

8.2. Obrigações do mandatário.....	911
8.3. O abuso do poder e o excesso de poder pelo mandatário.....	913
9. Mandato e Terceiros de Boa-Fé (O Mandato Aparente).....	914
10. Espécies de Mandato.....	917
11. Irrevogabilidade do Mandato.....	918
12. Mandato em Causa Própria.....	919
13. Extinção do Contrato de Mandato.....	922
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	925